



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA nº 10/2022

DATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA: **19/04/2022**

PROMOTOR DE JUSTIÇA: **JOSÉ LUCAS DA SILVA GOIS**

TITULAR() SUBSTITUTO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE ESTÂNCIA**

DISTRITO(S): **NÃO POSSUI**

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	11/04/2003
1.2 Data de designação/lotação na Promotoria de Justiça	14/11/2019
1.3 Atribuições	Judiciais: Sim (junto à 2ª Vara Cível de Estância) Extrajudiciais: Sim, Áreas relativas aos Direitos da Criança e do Adolescente; aos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; aos Direitos Humanos em Geral e à Assistência Social; ao Apoio às Vítimas de Crimes e ao Combate à Discriminação Racial.
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (X)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim (X) Não () Em que unidade? 2ª Promotoria Criminal de Estância (de 16 a 25/11/21) e Promotoria das Turmas Recursais (de 30/11 a 19/12/2021). Qual o período/dias da semana? de segunda à sexta-feira.
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? _____ Não (X)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.8 Endereço Residencial	Rodovia Ayrton Senna, s/nº, Praia do Abaís, Condomínio Meridien Praia Mar, Lote 196, Estância/SE.
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos do último ano	Período de férias do último ano: de 02 a 20/08/2021; de 16 a 30/03/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	Período de outros afastamentos do último ano: de 26 a 31/01/2022; em 07/12/2021 (licenças para tratamento de saúde).
--	--

1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.

2) DADOS DA PROMOTORIA

2.1 Servidores	Nome: MARIANA MELO SOUTO SANTOS Cargo: Analista – Especialidade Direito Nome: IVAN VIEIRA DE ARAÚJO Cargo: Técnico Administrativo Nome: ALEX SANTANA MARTINS Cargo: Estagiário
2.2 A estrutura de apoio é	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatória <input type="checkbox"/> Insuficiente Observações:
2.3 As instalações da Promotoria são adequadas e satisfatórias	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações:
2.4 Horário de Funcionamento da unidade	Das 07 às 14 horas.
2.5 Dias/Horário de atendimento ao público	De segunda à sexta-feira, das 07 às 14 horas.
2.6 O atendimento ao público também é realizado por intermédio de quais meios?	<input checked="" type="checkbox"/> telefone <input checked="" type="checkbox"/> e-mail institucional
2.7 Quantitativo médio de atendimento ao público semanal	06 pessoas
2.8 Há registro dos atendimentos realizados ao público externo (partes/advogados/comunidade)	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
2.9 Dias de realização de audiências judiciais	Terças às sextas-feiras, com audiências de instrução geralmente às terças-feiras.
2.10 A internet está funcionando a contento	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Observações:
2.11 Como é realizado o acompanhamento das ações ajuizadas	<input checked="" type="checkbox"/> Quando do recebimento dos autos para manifestação <input checked="" type="checkbox"/> Outra forma de controle. Qual? Por meio dos sistemas SCPv e MPJUD, mediante consultas e de manifestações promotoriais de ofício.
2.12 Forma de controle de recebimento e devolução de processos eleitorais	O promotor correicionado não possui atribuições eleitorais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

3) DADOS GERAIS DA COMARCA

Existe Juiz Titular na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Defensor Público na Comarca	(X) Sim () Não
Existe Delegado de Polícia na Comarca	(X) Sim () Não
Como é feito o atendimento de diligências pela Autoridade Policial	(X) Satisfatório () Insatisfatório Observações:
Existe um bom relacionamento com as demais Autoridades da Comarca	(X) Sim () Não Observações:

4) ATUAÇÃO JUDICIAL

Local	TABELA 01 (Relatório do SCP/TJ e cópia de 06 peças processuais do membro correicionado – ANEXO 01)		
	Quantidade de processos com carga/vistas ao MP	Quantidade de processos com carga/vista ao MP, há mais de 30 dias no gabinete ministerial	Quantidade de processos em trâmite na Vara
Vara da Comarca	10 ²	00	1344
Distrito 1 ³	—	—	—

2 Observações:

- Das 10 (dez) intimações enviadas ao Ministério Público pela 2ª Vara Cível de Estância, 02 (duas) são direcionadas à 1ª Promotoria de Justiça Cível de Estância, referente aos seguintes processos: 202050100050 e 201750101539, e 01 (uma), à Promotoria de Justiça Especial de Estância, a saber: 202150100652.

- O quantitativo de intimações informado neste relatório, corresponde ao total de intimações enviadas ao Ministério Público, existentes no SCPV do TJSE, quando da elaboração da certidão cartorária que acompanhada o presente formulário pela escritania da 2ª Vara Cível de Estância.

Dessa forma, a quantidade ora informada pode divergir da efetivamente existente no momento da realização da Correição.

3 A comarca não possui distritos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Local	TABELA 02 Processos Criminais ⁴ (anexar relatório do SCP/TJ e atas do júri)		
	Quantidade de processos com réus presos	Quantidade de Ações penais do Tribunal do Júri em andamento	Quantidade de sessões do Júri realizadas no último ano antes da correição
Vara da Comarca	—	—	—
Distrito 1 ⁵	—	—	—

Local	TABELA 03 Inquéritos Policiais/Processos Remetidos ⁶ (anexar relatório do SCP/TJ)		
	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP	Quantidade de Inquéritos/processos remetidos ao MP há mais de 30 dias	
Vara da Comarca	—	—	
Distrito 1 ⁷	—	—	

TABELA 04 Inquéritos Policiais Remetidos há mais de 30 dias ⁸		
Número do Processo	Data da remessa ao MP	Data do último movimento
—	—	—

	TABELA 05 (Relatório Gerencial do MPJUD – ANEXO 02)		
	Quantidade de processos recebidos no último ano antes da correição	Quantidade de processos devolvidos no último ano antes da correição	Média processual mensal
Dados Estatísticos	1384	1384	115,33

4 A Promotoria não possui atribuição criminal.

5 A Promotoria não possui atribuição criminal e a comarca não possui distritos.

6 A Promotoria não possui atribuição criminal.

7 A Promotoria não possui atribuição criminal e a comarca não possui distritos.

8 A Promotoria não possui atribuição criminal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

TABELA 06 - (Relatório Gerencial do MPJUD – ANEXO 02)	
Movimentos por Promotor/Período	Quantidade
1. Ajuizamento	
1.1 – Denúncia	00
1.2 – Petição Inicial	9
1.3 Representação por Ato Infracional	00
2 – Alegações Finais	01
3 – Ciência	413
4 – Manifestação	826
4.1 - Outros	80
5 – Recomendação	00
6 - Recurso	
6.1 – Razões	04
6.2 – Contrarrazões	03
6.3 – Interposição de Recursos	04
7 – Audiências Judiciais	59
8 – Sessões do Tribunal do Júri	00
9 - Encaminhamento	19
TOTAL	1.409

4.1) OBSERVAÇÕES GERAIS DA CORREGEDORIA-GERAL SOBRE A ATUAÇÃO JUDICIAL

Inicialmente, vale destacar a importância da unidade ministerial seguir a taxonomia estabelecida pelo CNMP, de forma a refletir de modo fidedigno os trabalhos da Promotoria de Justiça. Por exemplo, existe código taxonômico específico para as Alegações Finais, que é distinto do código referente ao movimento Manifestação.

Ademais, no dia da Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação, estando os serviços judiciais atualizados.

9 As petições iniciais são distribuídas diretamente no Sistema de Controle Processual Virtual do TJSE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Foram juntadas peças processuais (Anexo 01), referentes à atuação judicial da unidade, a saber:

Tipo de peça	Quantidade analisada	Processos	Observações da Corregedoria Geral
Petições	06	201850101405	- Apelação – Ação de Improbidade Administrativa
		201950101317	- Parecer – Inventário e Partilha
		202150100399	- Parecer – Mandado de Segurança
		202150100891	- Manifestação – Ação Declaratória de Quitação de Contrato
		Sem número	- Petição Inicial – Ação Civil Pública – Dificuldades de acesso ao CRAS
		Sem número	- Petição Inicial – Ação Civil Pública – Situação de Risco (ECA)

5) ATUAÇÃO ELEITORAL – NÃO SE APLICA¹⁰

Zona Eleitoral	_____
Municípios de abrangência	_____
Início da designação	__/__/____
Fim da designação	__/__/____
Iniciativas adotadas no âmbito eleitoral	_____

Local	ESTATÍSTICA ELEITORAL (Anexar certidões cartorárias e 04 peças do membro correicionado)			
	Quantidade de inquéritos policiais eleitorais em andamento	Quantidade de processos eleitorais em andamento	Quantidade de processos/inquéritos eleitorais há mais de 30 dias em gabinete	Quantidade de processos eleitorais remetidos à Promotoria no último ano
Zona Eleitoral	_____	_____	_____	_____

5.1) OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE ATUAÇÃO ELEITORAL

O membro do Ministério Público correicionado não possui atribuição eleitoral.

¹⁰ O membro do Ministério Público correicionado não possui atribuição eleitoral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6) ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

() Não exerce atribuição extrajudicial

(X) Exerce atribuição extrajudicial

Curadorias: **Direitos da Criança e do Adolescente; Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência; Direitos Humanos em Geral e à Assistência Social; Apoio às Vítimas de Crimes e ao Combate à Discriminação Racial, conforme Resolução n. 016/2014.**

6.1) PROCEDIMENTOS EM ANDAMENTO (Relatório do PROEJ – ANEXO 03)

Trâmites	Notícia de Fato	PP	IC	PIC	PA
Em andamento	13	00	02	—	24
Fora do Prazo	00	—	00	—	00
Numeração dos procedimentos mais antigos (instaurados antes de 2019)	00	—	46.18.01.0014	—	00
Procedimentos com mais de 90 dias sem movimentação	00	—	00	—	00

6.2) ESTATÍSTICA EXTRAJUDICIAL (Relatório do PROEJ – ANEXO 04)

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DO PROMOTOR (Período: 01 ano antes da correição)							
Trâmites realizados	Ações cautelares ajuizadas	Ações civis públicas ajuizadas	Ações de improbidade ajuizadas	TAC's celebrados	Audiências Extrajudiciais realizadas	Audiências públicas realizadas	Recomendações Expedidas
2.343	00	08	00	00	46	00	00

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA - PROVIDÊNCIAS DECORRENTES (Período: 01 ano antes da correição)						
Quantidade de ações cautelares ajuizadas	Quantidade de ações civis públicas ajuizadas	Quantidade de ações de improbidade ajuizadas	Quantidade de ações criminais ajuizadas	Quantidade de TAC's celebrados	Quantidade de ações de execuções ajuizadas	TOTAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

00	10 ¹¹	00	00	00	00	00	10
----	------------------	----	----	----	----	----	----

EXTRAJUDICIAL – ESTATÍSTICA DA PROMOTORIA (Período: 01 ano antes da correição) – a ser preenchido pela Corregedoria-Geral

Registro de Notícias de Fato	Instauração de Procedimentos Preparatórios	Instauração de Inquéritos Civis	Instauração de PIC's	Instauração de PA's	Arquiv. Sumário	Arquiv. com Remessa/CSMP ou Arquiv. com Remessa/Órgão Externo	Arquiv. - Acordo Entre Partes	Declinação de Atribuição/ Mesmo Ramo
87	0	0	-	22	80	1	2	5

6.3) PRINCIPAIS ACP'S EM CURSO (ANEXO 05)

Principais ACP's e Ações de Improbidade em curso, ajuizadas pelo membro correicionado, no último ano

Número da ACP	Objeto da ACP
202150100723	ACP para aplicação das normas protetivas do ECA c/c pedido de destituição do poder familiar – ajuizada em 10.06.2021
202250100265	ACP – Obrigação de Fazer contra o Município – Reforma do CRAS Núbia Nabuco – ajuizada em 24.02.2022
202250100323	ACP para aplicação das normas protetivas do ECA c/c pedido de destituição do poder familiar – ajuizada em 15.03.2022
202250100424	ACP para aplicação das normas protetivas do ECA c/c pedido de destituição do poder familiar – ajuizada em 08.04.2022

6.4) TAC'S CELEBRADOS/RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

TAC's celebrados/Recomendações expedidas pelo membro correicionado no último ano (anexar)

11 No período correicionado, 19.04.2021 a 19.04.2022, foram ajuizadas as seguintes ações pela Promotoria de Justiça (incluindo ações propostas pela Promotora de Justiça Karla Christiany Cruz Leite de Carvalho):

- 202150100698, ajuizada em 02.06.2021;
- 202150100723, ajuizada em 10.06.2021;
- 202150100780, ajuizada em 23.06.2021;
- 202150100948, ajuizada em 10.08.2021;
- 202150100979, ajuizada em 18.08.2021;
- 202150101425, ajuizada em 10.12.2021;
- 202250100107, ajuizada em 26.01.2022;
- 202250100265, ajuizada em 24.02.2022;
- 202250100323, ajuizada em 15.03.2022;
- 202250100424, ajuizada em 08.04.2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

cópias)	
Número do TAC/Recomendação	Temática
00	—

6.5) ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL¹²

Acordos de Não Persecução Penal celebrado pelo membro correicionado/promotoria no último ano (anexar cópias)	
Número do Procedimento/Processo Judicial	Temática
00	-----

6.6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
00	_____

6.7) OBSERVAÇÕES GERAIS DA CORREGEDORIA-GERAL SOBRE A ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL

Para a Correição Ordinária, a equipe de correição, pautando-se nas diretrizes postas na “Carta de Brasília”, editada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que visam modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público, notadamente: a) Superação do critério de priorização da atuação judicial e da limitação da fiscalização ao cumprimento dos prazos procedimentais; b) Aferição da utilização eficiente e objetiva de instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências; e c) a fiscalização do tempo de tramitação dos procedimentos extrajudiciais, considerando-se, para isso, a efetividade das diligências determinadas, os intervalos entre os impulsionamentos (períodos em que o procedimento resta concluso), assim como a adoção de instrumentos resolutivos e outras medidas, realizou análise dos procedimentos em tramitação e arquivados no último ano.

¹² Promotoria de Justiça sem atribuição criminal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A partir dos critérios retromencionados e das regras de tramitação de procedimentos investigatórios no âmbito do Ministério Público de Sergipe, Resolução nº 008/2015 – CPJ, a equipe de Correição analisou os dois inquéritos civis em tramitação (PROEJs nº 46.18.01.0014 e 46.19.01.0006), constante da **Tabela 01**.

A **Tabela 02** contém a análise de alguns procedimentos administrativos em andamento na Promotoria de Justiça, escolhidos por amostragem, são eles: 46.20.01.0009, 46.20.01.0012, 46.20.01.0017 e 46.20.01.0038.

Já a **Tabela 03** apresenta as notícias de fato e os procedimentos administrativos com arquivamento sumário na 2ª Promotoria de Justiça Cível de Estância. No período de 11/04/2021 a 11/04/2022 foram arquivados 80 (oitenta) procedimentos e a análise correicional concentrou-se em verificar a fundamentação da decisão de arquivamento e as providências seguintes (notificação dos interessados) de 04 (quatro) procedimentos escolhidos por amostragem, são eles: 46.20.01.0063, 46.21.01.0018, 46.18.01.0044 e 46.21.01.0027.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Tabela 01

PROEJ e Objeto	Destaque das principais movimentações
<p>Inquérito Civil nº 46.18.01.0014 - SIGILOSO (Registrado em 27/02/2018) Objeto: Falta de acessibilidade nas instalações dos prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal.</p> <p><u>OBS: O referido Inquérito Civil foi encerrado em razão do ajuizamento de Ação Civil Pública no dia 26/04/2022, após a correição.</u></p>	<p>1) 27/02/2018: Registro da Notícia de Fato. 2) 28/02/2018: Despacho para registrar como Notícia de Fato, atentar-se ao sigilo da fonte e oficiar à Prefeitura e à Câmara para prestarem informações no prazo assinalado (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 3) 26/03/2018: Despacho de prorrogação da Notícia de Fato pelo prazo de 90 dias (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 4) 16/04/2018: Despacho para reiterar o ofício à Prefeitura (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 5) 22/05/2018: Certidão de juntada de ofício da Prefeitura. 6) 29/05/2018: Despacho designando datas para audiências extrajudiciais com os órgãos pertinentes (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 7) 06/06/2018: Termo de Audiência sobre a acessibilidade no prédio da Câmara de Vereadores (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 8) 14/06/2018: Termo de Audiência sobre a acessibilidade no prédio da Prefeitura, com a concessão do prazo de 60 dias para que fosse apresentado estudo técnico visando a necessidade de adequação do prédio (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 9) 17/07/2018: Conversão da Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima). 10) 31/07/2018: Certidão de juntada do Ofício n] 39/2018, oriundo da Câmara Municipal. 11) 06/08/2018: Despacho para oficiar à Câmara Municipal, a fim de apresentar cronograma de realização das obras de adequação do prédio onde funciona, com previsão de prazos para a sua execução e conclusão (Promotora de Justiça Carla Rocha Barreto Hora de Lima).</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 12)** Foram expedidos ofícios à Prefeitura e à Câmara em 24/08/2018 e reiterados em 24/10/2018.
- 13) 08/11/2018:** Conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil.
- 14) 04/12/2018:** Despacho para reiterar o ofício ao Prefeito (Promotora de Justiça Karla Christiany Cruz leite de Carvalho).
- 15) 17/01/2019:** Despacho para reiterar o ofício anterior (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 16) 18/02/2019:** Despacho para aguardar o prazo de 30 dias para oficiar à Câmara e à Prefeitura sobre o andamento das obras de adaptações dos prédios às condições de acessibilidade. Ofícios expedidos no dia 21/03/2019 (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 17) 10/05/2019:** Despacho para aguardar o prazo de 15 dias para oficiar novamente à Prefeitura e reiterar o ofício à Câmara de Vereadores (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 18) 02/07/2019:** Despacho para oficiar ao Município, requisitando a comprovação da finalização das obras da regularização da acessibilidade dos banheiros do Paço Municipal, assim como cópia do processo administrativo que gerou o Contrato nº 68/2019. Juntada de resposta da PGM (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 19) 10/07/2019:** Despacho para oficiar ao Município com a requisição do processo administrativo nº 2019.013.046. inclusive o Contrato nº 68/2019 (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 20) 27/08/2019:** Despacho para reiterar o ofício anterior (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho).
- 21) 12/09/2019:** Juntada de respostas da Prefeitura/PGM.
- 22) 27/11/2019:** Despacho para oficiar à Prefeitura, para informar se o prédio do paço municipal possui regularidade quanto a obediência às normas de acessibilidade, e à Câmara de Vereadores, requisitando o encaminhamento do procedimento licitatório completo. Ofícios expedidos na mesma data (Promotor de Justiça Francisco José de Oliveira Gois).
- 23) 04/12/2019:** Prorrogação do prazo do Inquérito Civil por mais um ano (Promotora de Justiça Karla Christiany Cruz leite de Carvalho).
- 24) 15/01/2020:** Despacho para reiterar o ofício à Câmara de Vereadores (Promotor de Justiça José

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Lucas da Silva Gois).

25) 04/03/2020: Despacho para aguardar o prazo de 30 (trinta) dias para oficiar à Câmara de Vereadores, requisitando informações sobre o andamento das obras (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

26) 28/05/2020: Expedição de ofício ao Presidente da Câmara de Vereadores, conforme despacho anterior (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

27) 01/07/2020: Despacho para reiterar o ofício anterior (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

28) 23/07/2020: Despacho para oficiar ao CAOp Atividades Cíveis e Criminais, para verificar a possibilidade de realização de perícia de engenharia nos prédios dos órgãos em questão (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

29) 17/09/2020: Despacho para oficiar à Coordenadoria-Geral do MP, com os quesitos a serem respondidos pela perícia técnica (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

30) 16/10/2020: Despacho para aguardar por 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

31) 19/11/2020: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

32) 11/01/2021: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

33) 12/02/2021: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

34) 02/03/2021: Prorrogação do prazo do Inquérito civil por mais 01 ano (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

35) 16/03/2021: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

36) 16/04/2021: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

37) 13/05/2021: Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 38) 15/06/2021:** Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 39) 15/07/2021:** Despacho para oficiar ao Coordenador-Geral, solicitando informações acerca da perícia (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 40) 27/07/2021:** Juntada de resposta do GAAE, informando que ainda não foi realizada a vistoria nos imóveis em questão.
- 41) 29/07/2021:** Despacho para aguardar por 30 (trinta) dias o encaminhamento da perícia técnica solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 42) 01/09/2021:** Despacho para aguardar por mais 30 dias o encaminhamento do laudo referente à perícia solicitada (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 43) 06/10/2021:** Designação de audiência extrajudicial para o dia 14/10/2021, com o Secretário Municipal de Infraestrutura e Habitação.
- 44) 14/10/2021:** Juntada do Termo de Audiência realizado com a presença de representantes do município, com a solicitação de relatório técnico pelo setor de projetos da Secretaria de Infraestrutura e habitação, com a enumeração dos quesitos (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 45) 11/11/2021:** Despacho para reiterar os ofícios não respondidos (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 46) 17/11/2021:** Juntada de resposta da SEINFRAH, solicitando dilação de prazo para o envio do laudo/relatório. Concessão da dilação de prazo requerida no dia seguinte (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 47) 02/12/2021:** Juntada de Relatório Técnico emitido pela Prefeitura de Estância, por meio da SEINFRAH, sobre a acessibilidade de ambos os prédios. Promovido o arquivamento do feito, haja vista que as obras realizadas possibilitam à população o acesso aos prédios da Prefeitura e da Câmara Municipal. Feitas as notificações devidas e encaminhados os autos ao CSMP (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 48) 17/02/2022:** Conversão do julgamento em diligência, para que seja realizada perícia complementar pelo GAAE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>49) 11/03/2022: Encaminhamento dos autos à Promotoria de origem, para que seja efetuada a diligência determinada.</p> <p>50) 31/03/2022 (último movimento): Despacho para oficial ao Coordenador-Geral, solicitando a realização de perícia na área de Engenharia/Arquitetura, com os respectivos questionamentos. Perícia solicitada através do GED, com prazo de 30 dias para nova conclusão dos autos (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p>
<p>Inquérito Civil nº 46.19.01.0006 (Registrado em 25/01/2019) Objeto: Na Orlinha dos Pobres várias crianças e adolescentes circulam livremente local esse de prostituição e negociatas ilegais</p>	<p>1) 25/01/2019: Registro da Notícia de Fato</p> <p>2) 05/02/2019: despacho determinando o registro da notícia de fato e oficial ao Conselho Tutelar. (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho)</p> <p>3) 01/03/2019: despacho determinando a prorrogação da notícia de fato e a reiteração do ofício ao Conselho Tutelar. (Promotora Justiça Karla Christiany Cruz Leite de Carvalho)</p> <p>4) 01/04/2019: expedido ofício nº 278/2019 ao conselho tutelar. Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça. Despacho, datado de 28/03/2019, determinando a reiteração dos ofícios, considerando que transcorreram os prazos dos Ofícios sem que houvessem as respostas devidas. (Promotor de Justiça Anderson Viana Souza) Certidão de que foi expedido o ofício nº 452/2019 ao Conselho Tutelar.</p> <p>5) 05/06/2019: Portaria nº 19/2019 de instauração de inquérito civil. (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho)</p> <p>6) 18/06/2019: expedido ofício nº 682/2019 à Promotoria de Justiça Especial Cível e Criminal de Estância; ofício nº 705/2019 à 1ª Promotoria de Justiça Cível de Estância e ofício nº 706/2019 à 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Estância, objetivando que seja avaliada a possibilidade uma resolução em conjunto da demanda apresentada no citado expediente.</p> <p>7) 11/07/2019: despacho determinando aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para entrar em contato com as Promotorias que foram oficiadas. (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho)</p> <p>8) 15/10/2019: após 90 dias sem movimentação, despacho determinando que se oficie à Direção do</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Fórum, solicitando disponibilização do auditório para realização de audiência pública e o cumprimento do disposto na Resolução do CNMP que versa sobre audiências públicas. (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho)

Certidão, em cumprimento ao despacho, de que foi mantido contato com as Promotorias oficiadas, definindo-se a data de 18/10/2019 para realização de audiência pública acerca da situação do Largo Mário Pires (Orlinha dos Pobres).

Expedido ofício 1.176/2019 à Direção do Fórum.

Certidão de que, considerando o disposto no art. 3º da Resolução nº 82/2012 do CNMP, que exige antecedência mínima 10 (dez) dias úteis para publicação do edital de convocação, e por não haver prazo útil para cumprimento, restou inviabilizada a realização da audiência pública agendada para o dia 18/10/2019.

9) 17/10/2019: audiência pública designada para o dia 08/11/2019.

10) 18/10/2019: ofício nº 1.257/2019 encaminhado à direção do fórum solicitando a disponibilização do auditório.

11) 07/11/2019: despacho determinando o cancelamento da audiência pública. (Promotor de Justiça Laelson Alcântara de Pontes Filho)

Juntada de termo de audiência realizada em 05/11/2019 com representantes dos moradores, da guarda municipal, conselho tutelar e da prefeitura de Estância.

12) 13/11/2019: expedidos ofícios nº 1.337/2019 à SULGIPE e 1.336/2019 à 1ª Promotoria Criminal de Estância.

13) 15/01/2020: despacho determinando oficiar ao Conselho Tutelar informando que o ofício que remetido à Promotoria de Justiça veio incompleto. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

14) 16/01/2020: expedido ofício nº 16/2020 à Direção da Guarda Municipal de Estância/SE.

15) 05/02/2020: despacho determinando aguardar o prazo dos ofícios à Prefeitura e à Guarda Municipal, em se vencendo que os mesmos sejam reiterados. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

16) 13/02/2020: despacho determinando que se aguarde o prazo do ofício à Prefeitura, em se vencendo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

que o mesmo seja reiterado. Acerca da situação da Guarda Municipal, que seja aguardado o prazo de 15 dias para solicitar informações acerca de como está sendo procedida a Ronda relatando qual a regularidade. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

17) 04/03/2020: expedido ofício nº 177/2020 à Direção da Guarda Municipal de Estância/SE.

18) 19/05/2020: despacho determinando que se officie à 1ª Promotoria de Justiça de Estância; à Promotoria de Justiça Especial de Estância; e à Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania, solicitando a realização de diligências periódicas no local, a fim de coibir eventuais abusos de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

19) 11/06/2020: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho determinando a reiteração dos ofícios expedidos, considerando que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de expedição dos ofícios.

20) 09/07/2020: despacho determinando oficiar mais uma vez a SEMDEC. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

21) 06/08/2020: despacho determinando oficiar ao Conselho Tutelar I, solicitando o encaminhamento de relatório sobre a problemática de abusos de crianças e adolescentes no local conhecido como "Orlinha dos Pobres". (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

22) 14/08/2020: despacho determinando a prorrogação do presente Inquérito Civil e que se officie ao Conselho Tutelar I, solicitando o encaminhamento de relatório sobre a problemática de abusos de crianças e adolescentes no local conhecido como "Orlinha dos Pobres". (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Expedido ofício nº 435/2020 ao Conselho Tutelar.

23) 21/08/2020: juntada do ofício nº 143/2020 oriundo do Conselho Tutelar.
Despacho determinando que se aguarde o prazo de 30 dias, oficiando-se, ao final do prazo assinalado, ao Conselho Tutelar, nos moldes do ofício nº 435/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

24) 09/10/2020: expedido ofício nº 544/2020 ao Conselho Tutelar.

25) 29/10/2020: ofício nº 615/2020, reiteração do ofício nº 544/2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

26) 17/11/2020: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Certidão de que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas.
Despacho determinando a reiteração dos ofícios. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de que foi expedido ofício conforme despacho retro.

27) 19/11/2020: expedido ofício nº 664/2020 ao Conselho Tutelar.

28) 03/12/2020: juntada do ofício nº 187/2020.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

29) 09/12/2020: despacho determinando que seja oficiada à Guarda Municipal de Estância solicitando a disponibilização de rondas, principalmente noturnas, como tentativa de coibir as atividades relatadas pelo Conselho Tutelar I, de que é comum o trânsito de adolescentes no período noturno nos bares da “Orlinha dos Pobres”. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

30) 13/01/2021: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Certidão de que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas.
Despacho determinando a reiteração dos ofícios. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de que foi expedido ofício conforme despacho retro.

31) 22/01/2021: expedido ofício nº 46/2021 à Secretaria Municipal de Defesa Social e da Cidadania, Guarda Municipal.
Juntada do ofício nº 004/2021 oriundo da Guarda Municipal.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

32) 28/01/2021: despacho determinando que sejam oficiadas as demais Promotorias de Justiça de Estância, solicitando informações sobre os procedimentos eventualmente instaurados que versam sobre o assunto tratado no presente procedimento.

33) 23/02/2021: despacho, considerando as demais respostas encaminhadas pelas Promotorias de Justiça, que se aguarde a realização da audiência designada no procedimento que tramita na 1ª Promotoria de Justiça Criminal de Estância. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

34) 30/03/2021: certidão sobre a redesignação da audiência.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Despacho determinando que seja aguardada a realização da audiência redesignada no procedimento que tramita na 1ª Promotoria de Justiça Criminal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

35) 16/04/2021: certidão de que a audiência designada foi remarçada em razão da Portaria Conjunta PGJ/CGMP nº 703/2021.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho determinando que seja aguardado o dia 02/05/2021 para que seja feita nova consulta à 1ª Promotoria de Justiça Criminal sobre o andamento do procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

36) 06/05/2021: despacho com diligências sobre o andamento do procedimento na 1ª Promotoria de Justiça Criminal e que se aguarde o decurso do prazo de 30 dias. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

37) 10/06/2021: despacho com diligências sobre o andamento do procedimento na 1ª Promotoria de Justiça Criminal e que se aguarde o decurso do prazo de 30 dias. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

38) 11/06/2021: certidão de que a audiência designada foi remarçada em razão da Portaria Conjunta PGJ/CGMP nº 1068/2021.

39) 07/07/2021: despacho determinando que seja aguardado o prazo de 30 dias, para que seja mantido contato com a 1ª Promotoria Criminal, solicitando informações acerca do andamento procedimento 46.19.01.0006 e com a 1ª Promotoria Cível, solicitando informações acerca do andamento procedimento 43.21.01.0015. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

40) 12/08/2021: despacho determinando que seja aguardado o prazo de 15 dias, para que seja mantido contato com a 1ª Promotoria Criminal, solicitando informações acerca do andamento procedimento 46.19.01.0006 e com a 1ª Promotoria Cível, solicitando informações acerca do andamento procedimento 43.21.01.0015. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

41) 01/09/2021: despacho com diligências sobre o andamento dos procedimentos em andamento nas Promotorias. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

42) 01/10/2021: certidão sobre o andamento dos procedimentos das Promotorias.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

43) 06/10/2021: despacho determinando que se aguarde o decurso do prazo de 20 dias, para verificar se já houve resposta do Município de Estância, acerca do expediente encaminhado pela 1ª Promotoria de Justiça Cível, no âmbito do Procedimento nº 43.21.01.0015. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

44) 07/10/2021: juntada de relatórios da SEMA e da guarda municipal.

45) 04/11/2021: despacho, considerando que os autos do Procedimento nº 43.21.01.0015, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça Cível, encontram-se conclusos, aguardar o decurso do prazo de 15 dias, após o que deverá ser verificado no sistema PROEJ o despacho proferido no feito aludido. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

46) 11/11/2021: certidão sobre a juntada de ofício.

Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

47) 16/11/2021: audiência designada para o dia 02/12/2021.

48) 02/12/2021: despacho determinando juntar o termo de audiência. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

49) 14/01/2022: despacho determinando que se aguarde o decurso do prazo de 30 dias, após o que deverá ser mantido contato com a 1ª Promotoria de Justiça para verificar a elaboração da minuta de TAC mencionada no Termo de Audiência de 02/12/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

50) 11/02/2022: despacho determinando a juntada da minuta do TAC elaborado com a 1ª Promotoria de Justiça Cível desta Comarca nos autos do Procedimento nº 43.21.01.0015. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

51) 17/02/2022: juntada de minuta do TAC, “Orlinha dos Pobres”, Procedimento da 1ª Cível de Estância – PROEJ n.º 43.21.01.0015.

52) 18/02/2022: despacho, considerando que nos autos do Procedimento nº 43.21.01.0015, em trâmite na 1ª Promotoria de Justiça Cível, encontra-se com a juntada da minuta do TAC como última movimentação, aguarde-se o decurso do prazo de 30 dias, após o que deverá ser verificado se houve adesão da municipalidade às cláusulas no referido feito. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>53) 04/03/2022: despacho determinando a prorrogação do presente Inquérito Civil. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>54) 15/03/2022: despacho determinando aguardar o prazo de 30 dias, considerando que nos autos do Inquérito Civil nº 43.21.01.0015, o Município de Estância apresentou e requereu a intervenção do Estado de Sergipe em razão da necessidade de garantia da segurança pública no local conhecido por “Orlinha dos Pobres”. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>55) 07/04/2022: despacho determinando aguardar o prazo de 30 dias, considerando que nos autos do Inquérito Civil nº 43.21.01.0015, o Município de Estância apresentou e requereu a intervenção do Estado de Sergipe em razão da necessidade de garantia da segurança pública no local conhecido por “Orlinha dos Pobres”. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p>
--	---

Tabela 02

PROEJ e Objeto	Destaque das principais movimentações
<p>Procedimento Administrativo nº 46.20.01.0009 (Registrado em 28/01/2020) Objeto: Procedimento de Acompanhamento das atividades da Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.</p>	<p>1) 28/01/2020 Portaria de instauração de Procedimento Administrativo com determinação de expedição de ofício à Secretaria Municipal de Obras, solicitando o encaminhamento da planta baixa da Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>2) 29/01/2020 Expedição do Ofício nº 65/2020 à Secretaria Municipal de Obras. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>3) 13/02/2020 Realização de audiência extrajudicial com a participação do Secretário Municipal de Infraestrutura e Habitação. Na oportunidade, o Secretário efetuou a entrega da planta baixa da Casa Acolhedora. O Promotor de Justiça determinou a expedição de Ofício à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns para prestar informações sobre o andamento do processo das licenças faltantes (Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária). (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>4) 13/02/2020 Expedição do Ofício nº 153/2020 à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

5) 05/03/2020 Juntada dos relatórios psicológico, pedagógico e social, bem como da Informação Técnica nº 031/2020 da Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.

5) 05/03/2020 Realização de audiência extrajudicial com a participação de representantes da Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns. Na oportunidade, o Promotor de Justiça determinou a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social para prestar informações sobre a adoção das providências pendentes indicadas na audiência extrajudicial. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

6) 05/03/2020 Expedição do Ofício nº 193/2020 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

7) 15/04/2020 Despacho determinando o aguardo do prazo conferido à Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Ofício nº 193/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

8) 04/06/2020 Despacho determinando a reiteração do teor do Ofício nº 193/2020, diante da ausência de apresentação de resposta pela Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

9) 04/06/2020 Certidão nos autos registrando a expedição do Ofício.

10) 28/07/2020 Expedição do Ofício nº 390/2020 à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns, solicitando informações sobre a adoção das providências pendentes indicadas na audiência extrajudicial realizada no dia 05/03/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

11) 06/08/2020 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social para prestar informações sobre o andamento do procedimento de aquisição de mobiliário para a Casa Acolhedora. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

12) 06/08/2020 Expedição do Ofício nº 430/2020 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

13) 20/08/2020 Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns para informar se os itens elencados no ofício n.º 217/2020 foram devidamente disponibilizados para a instituição. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 14) 20/08/2020** Expedição do Ofício nº 450/2020 à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 15) 02/09/2020** Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns para especificar quais são os outros materiais estão aguardando. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 16) 02/09/2020** Juntada do Ofício nº 93/2020, oriundo Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 17) 04/09/2020** Expedição do Ofício nº 488/2020 à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 18) 09/09/2020** Juntada do Relatório de Inspeção Semestral realizado na Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 19) 17/09/2020** Juntada do Ofício nº 102/2020, oriundo Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 20) 17/09/2020** Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social para informar acerca do andamento do procedimento de aquisição dos itens indicados pela Casa Acolhedora no ofício n.º 102/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 21) 18/09/2020** Expedição do Ofício nº 524/2020 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 27) 26/11/2020** Expedição do Ofício nº 641/2020 à Vigilância Sanitária Municipal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 22) 08/10/2020** Juntada do Ofício nº 253/2020-GS/SMAS.
- 23) 08/10/2020** Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora para informar sobre o andamento do processo de obtenção da Licença de Vigilância Sanitária Municipal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 24) 09/10/2020** Expedição do Ofício nº 567/2020 à Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 25) 09/11/2020** Juntada do Ofício nº 68/2020, oriundo Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 26) 10/11/2020** Despacho determinando a expedição de Ofício à Vigilância Sanitária Municipal para informar sobre o andamento da solicitação de visita da Casa Acolhedora. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 27) 26/11/2020** Expedição do Ofício nº 641/2020 à Vigilância Sanitária Municipal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 28) 10/12/2020** Juntada do Ofício nº 1093/2020-SMS.
- 29) 11/12/2020** Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando providências no sentido de realizar dedetização da Casa Acolhedora para que a instituição possa regularizar a situação junto a Vigilância Sanitária Municipal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 30) 13/01/2021** Despacho determinando a reiteração de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando providências no sentido de realizar dedetização da Casa Acolhedora para que a instituição possa regularizar a situação junto a Vigilância Sanitária Municipal. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 31) 01/02/2021** Juntada do Ofício nº 064/2021-GS/SMAS informando sobre a realização do serviço de dedetização da Casa Acolhedora.
- 32) 02/02/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Saúde para encaminhar a documentação apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e solicitar informações acerca do andamento do procedimento de obtenção de licença da vigilância sanitária da Casa Acolhedora Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 33) 08/02/2021** Expedição do Ofício nº 99/2021 à Secretaria Municipal de Saúde. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 34) 23/02/2021** Expedição do Ofício nº 176/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 99/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 35) 02/03/2021** Juntada do Relatório de Inspeção Anual realizado na Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 36) 10/03/2021** Expedição do Ofício nº 214/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 99/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 37) 23/03/2021** Expedição do Ofício nº 255/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 99/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 38) 05/04/2021** Juntada do Ofício nº 32/2021, oriundo Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns, encaminhando certificado de regularização de normas sanitárias da vigilância sanitária municipal, relacionado ao funcionamento da Casa Acolhedora.
- 39) 05/04/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Vigilância Sanitária Municipal para informar o prazo de validade da licença datada de 23/03/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 40) 05/04/2021** Expedição do Ofício nº 269/2021 à Secretaria Municipal de Saúde. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 41) 13/04/2021** Juntada do Ofício nº 133/2021-GS/SMAS.
- 42) 15/04/2021** Juntada do Ofício nº 334/2021, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.
- 43) 22/04/2021** Expedição do Ofício nº 306/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 269/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 44) 06/05/2021** Expedição do Ofício nº 338/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 269/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 45) 18/05/2021** Expedição do Ofício nº 360/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício nº 269/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 46) 28/05/2021** Juntada do Ofício nº 530/2021, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, informando que a licença não possui prazo de validade.
- 47) 02/06/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora, considerando que a licença do Corpo de Bombeiros venceu em 19/05/2021 e que o registro junto ao CMDCA se encontra com vencimento previsto para o dia 18/07/2021 (fl. 112), para informar sobre a renovação da licença e do registro acima referidos. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 48) 02/06/2021** Expedição do Ofício nº 413/2021 à Casa Acolhedora. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 49) 30/06/2021** Expedição do Ofício nº 457/2021 à Casa Acolhedora, reiterando o teor do Ofício nº 413/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 50) 09/07/2021** Juntada do Ofício nº 55/2021, oriundo Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 51) 24/08/2021** Expedição do Ofício nº 546/2021 à Casa Acolhedora, solicitando informações acerca do andamento dos procedimentos de solicitação de: renovação tanto da licença do Corpo de Bombeiros e do registro junto ao CMDCA. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 52) 25/08/2021** Juntada de resposta da Casa Acolhedora ao Ofício nº 546/2021.
- 53) 01/09/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora, após o transcurso do prazo de 20 dias, para informar acerca do andamento da renovação de licença do Corpo de Bombeiros, bem como da renovação do registro junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 54) 08/09/2021** Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 55) 24/09/2021** Expedição do Ofício nº 637/2021 à Casa Acolhedora, solicitando informações acerca do andamento dos procedimentos de solicitação de: renovação tanto da licença do Corpo de Bombeiros e do registro junto ao CMDCA. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 56) 27/09/2021** Juntada do Relatório de Inspeção Semestral realizado na Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.
- 57) 29/09/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social para adotar as providências necessárias para renovação da licença do Corpo de Bombeiros e do registro junto ao CMDCA, relativamente a Casa Acolhedora Zilda Arns. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 58) 13/10/2021** Expedição do Ofício nº 662/2021 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 59) 28/10/2021** Expedição do Ofício nº 724/2021 à Secretaria Municipal de Assistência Social, reiterando o teor do Ofício nº 662/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 60) 03/11/2021** Juntada do Ofício nº 414/2021-GS/SMAS.
- 61) 04/11/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora para informar sobre o recebimento de documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como as providências já adotadas com vistas a regularização da situação junto ao Corpo de Bombeiros e ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

62) 09/11/2021 Juntada do Ofício nº 105/2021, oriundo da Casa Acolhedora.

63) 12/11/2021 Juntada do Ofício nº 451/2021-GS/SMAS.

64) 16/11/2021 Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora para prestar informações sobre o retorno dos infantes acolhidos às atividades externas, a exemplo de retorno as atividades escolares, notadamente em razão da retomada das atividades suspensas em razão da Pandemia de COVID-19. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

65) 26/11/2021 Expedição do Ofício nº 783/2021 à Casa Acolhedora. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

66) 01/12/2021 Juntada do Ofício nº 107/2021, oriundo da Casa Acolhedora.

67) 14/01/2022 Despacho determinando a expedição de Ofício à Casa Acolhedora, solicitando informações sobre as pessoas em desenvolvimento que se acham institucionalizadas, notadamente sobre a possibilidade de retorno às respectivas famílias de origem. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

68) 20/01/2022 Expedição do Ofício nº 29/2022 à Casa Acolhedora. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

69) 15/02/2022 Expedição do Ofício nº 60/2022 à Casa Acolhedora, reiterando o teor do Ofício nº 29/2022. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

70) 03/03/2022 Juntada do Ofício nº 06/2022, oriundo da Casa Acolhedora.

71) 04/03/2022 Despacho determinando o aguardo do retorno dos relatórios da equipe técnica do MPSE, acerca da visita de inspeção realizada no dia 24/02/2022. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

72) 10/03/2022 Juntada dos relatórios psicológico, pedagógico e social, bem como da Informação Técnica nº 071/2022 da Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.

73) 14/03/2022 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando providências quanto às inconformidades apresentadas pela equipe técnica do MPSE. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>74) 14/03/2022 Expedição do Ofício nº 123/2022 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>75) 16/03/2022 Juntada do Relatório de Inspeção Anual realizado na Casa Acolhedora Estância Solidária Zilda Arns.</p> <p>76) 01/04/2022 Expedição do Ofício nº 167/2022 à Secretaria Municipal de Assistência Social, reiterando o teor do Ofício nº 123/2022. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>77) 07/04/2022 Juntada do Ofício nº 136/2022-GS/SMAS.</p> <p>78) 08/04/2022 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social, informando sobre a dilação de prazo em 20 dias. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>79) 08/04/2022 (último movimento) Expedição do Ofício nº 203/2022 à Secretaria Municipal de Assistência Social. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p>
<p><u>Procedimento Administrativo nº 46.20.01.0012</u> (Registrado em 30/01/2020) Objeto: Acompanhamento das ações dos Conselhos Tutelares de Estância/SE na gestão 2020/2023</p>	<p>1) 30/01/2020: Instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento das ações dos conselhos tutelares. Designação de audiência extrajudicial para o dia 11/02/2020 (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>2) 13/02/2020: Ofício para solicitar da Secretária Municipal de Assistência Social informações sobre o andamento de eventual projeto de lei sobre a regularização e o incremento da remuneração dos conselheiros tutelares (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>3) 15/04/2020: Despacho para aguardar o prazo do ofício à Secretaria Municipal de Assistência Social (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>4) 28/05/2020: Ofícios aos conselheiros tutelares, requisitando informações sobre o novo nível salarial estabelecido pelo município (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>5) 22/06/2020: Despacho para aguardar o prazo de resposta do Conselho Tutelar I, e reiterar o ofício, se necessário (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>6) 02/09/2020: Despacho designando audiência para o dia 10/09/2020 com os conselheiros tutelares (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p> <p>7) 10/09/2020: Termo de Audiência extrajudicial realizada com as coordenadoras dos conselhos</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

tutelares (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

8) 08/10/2020: Despacho para oficiar os dois conselhos tutelares, para que encaminhem a documentação referida no Termo de Audiência retro (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

9) 27/10/2020: Designação de audiência para o dia 01/12/2020.

10) 01/12/2020: Termo de Audiência extrajudicial realizada com as coordenadoras dos conselhos tutelares, onde foi discutida a questão do adicional de periculosidade, as diárias de viagem, a execução do acordo judicial e as reiteraões de ofícios (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

11) 12/01/2021: Juntada de ofício do Conselho Tutelar II, relatando furto de equipamentos da sede do órgão. Despacho para oficiar à Secretaria Municipal de Assistência Social, para que tome as providências cabíveis quanto aos fatos delituosos relatados (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

12) 20/01/2021: Juntada de Termo de Audiência do PROEJ nº 46.20.01.0046, que traz resolutividade a este procedimento.

13) 09/02/2021: Reiteração do ofício anterior à SMAS, sobre os furtos ocorridos no Conselho Tutelar (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

14) 02/03/2021: Juntada de resposta da SMAS, informando a reposição dos computadores furtados. Despacho para oficiar ao Conselho Tutelar II, a fim de informar sobre a instalação da reposição aos computadores furtados (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

15) 16/03/2021: Juntada de resposta do Conselho Tutelar. Despacho para oficiar à SMAS, solicitando informações sobre o reforço da segurança nas sedes dos Conselhos Tutelares (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

16) 16/04/2021: Despacho para reiterar o ofício não respondido (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

17) 22/04/2021: Ofício do Conselho Tutelar I informando sobre a nova coordenação do órgão, a partir de 20/04/2021.

18) 06/05/2021: Despacho para reiterar os ofícios não respondidos. Novo despacho para reiterar em 18/05/2021 (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 19) 21/05/2021:** Juntada de resposta da Secretaria Municipal de Assistência Social, indicando que fechará as áreas de ventilação, como medida de segurança para evitar os furtos.
- 20) 26/05/2021:** Despacho para aguardar 15 dias e oficiar ao Conselho Tutelar II e à SMAS (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 21) 11/06/2021:** Juntada de resposta do Conselho Tutelar II, dando conta de que os cobogós já foram reparados e que ainda não foram instaladas câmeras de segurança.
- 22) 23/08/2021:** Despacho para oficiar ambos os Cts, solicitando informações sobre a instalação de câmeras de segurança nas respectivas sedes (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 24) 08/09/2021:** Prorrogação do prazo do Procedimento Administrativo por mais 01 ano (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 25) 14/09/2021:** Juntada de resposta do Conselho Tutelar II, acerca da não instalação do circuito de monitoramento eletrônico por câmeras de segurança.
- 26) 06/10/2021:** Juntada do Ofício nº 142/2021, do Conselho Tutelar II, sobre dificuldades no pagamento de diárias aos conselheiros, do Ofício nº 170/2021, do CMDCA, sobre a realização de traslados de crianças e adolescentes para fora do município que são executados pelos Conselheiros Tutelares, além de designação de audiência extrajudicial para o dia 20/10/2021.
- 27) 20/10/2021:** Realização de audiência extrajudicial com a presença dos coordenadores dos conselhos tutelares dos dois distritos, que relataram os problemas então enfrentados, sendo designada nova assentada para o dia 04/11/2021 (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 28) 04/11/2021:** Juntada de manifestação da Secretaria de Assistência Social sobre os fatos relatados na audiência do dia 20/10/2021, pelos coordenadores do Conselho Tutelar I e II. Juntada de Termo de Audiência que contou com a presença de diversas autoridades (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 29) 18/11/2021:** Juntada do Ofício Circular nº 196/201 do Conselho Tutelar I, informando sobre as medidas necessárias para o bom funcionamento do órgão.
- 30) 24/11/2021:** Juntada de manifestação do Conselho Tutelar II, com informações atualizadas sobre a sede do órgão, afetada por fortes chuvas, e do celular do plantão, que estava com a tela danificada.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 31) 06/12/2021:** Juntada de ofício do Conselho Tutelar I, informando sobre o descumprimento do acordo firmado na audiência do dia 04/11, pois houve o requerimento de diárias para conselheira e motorista, mas não houve o respectivo pagamento.
- 32) 09/12/2021:** Realização de audiência com autoridades municipais para tratar das obras de manutenção das sedes dos conselhos tutelares, sendo consignado que seriam providenciadas no primeiro trimestre de 2022 (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 33) 07/01/2022:** Juntada de relatório elaborado pela SEINFRAH com o levantamento quantitativo de materiais necessários para as manutenções em questão.
- 34) 10/01/2022:** Juntada de ofício do Conselho Tutelar II em que relata a falta de combustível no veículo que atende o órgão, o que impede a averiguação de denúncias. No dia seguinte, novo ofício com as dificuldades enfrentadas pelo órgão.
- 35) 02/02/2022:** Certidão da impossibilidade de realização da audiência designada para o dia 27/01/2022, em razão da licença médica dos servidores da Promotoria de Justiça. Despacho para oficiar à Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando informações acerca do atendimento das demandas dos Conselhos Tutelares (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 36) 04/03/2022:** Juntada de resposta da SMAS, aduzindo que o processo para a aquisição de materiais estava em andamento, conforme notas de empenho anexas. Despacho para aguardar o prazo de 15 dias e, após, oficiar aos conselhos tutelares, solicitando informações sobre o início de execução das obras (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 37) 15/03/2022:** Despacho para aguardar o prazo de 20 dias, para que sejam juntados aos autos ofícios dos conselhos tutelares, relatando os problemas encontrados durante a visita do Promotor de Justiça (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).
- 38) 31/03/2022:** Juntada de ofícios dos Conselhos Tutelares I e II sobre a estrutura do prédio e sobre a necessidade de substituição de alguns utensílios básicos. Juntada de despacho da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSE, solicitando informações acerca das deliberações constantes em ata. Despacho com designação de audiência extrajudicial para o dia 07/04/2022 e para oficiar à Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSE, prestando informações (Promotor de Justiça José

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>Lucas da Silva Gois).</p> <p>39) 07/04/2020 (último movimento): Audiência realizada com a presença de autoridades municipais, acerca das obras de reforma e da aquisição/substituição dos equipamentos dos prédios dos conselhos tutelares, com determinações a serem cumpridas por cada uma das Pastas em prazo certo (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois).</p>
<p><u>Procedimento Administrativo nº 46.20.01.0017</u> (Registrado em 06/02/2020) Objeto: Acompanhamento da aplicação das verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 2019/2020</p>	<p>1) 06/02/2020: Registro da Notícia de Fato. Audiência designada para o dia 18/02/2020.</p> <p>2) 21/02/2020: juntada do termo de audiência realizada em 18/02/2020.</p> <p>3) 27/02/2020: Portaria nº 08/2020 de instauração de procedimento administrativo tendo por objeto o acompanhamento da aplicação das verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 2019/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>4) 28/05/2020: expedido ofício nº 265/2020 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente requisitando informação acerca do início da execução das ações pelas entidades contempladas pela Resolução nº 12/2019.</p> <p>5) 10/06/2020: despacho, considerando que resta no procedimento apenas a verificação da execução das atividades das entidades contempladas e que essa execução foi suspensa devido à COVID-19, aguardar o prazo de 30 dias para analisar novamente o presente procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>6) 09/07/2020: despacho, considerando que resta no procedimento apenas a verificação da execução das atividades das entidades contempladas e que essa execução foi suspensa devido à COVID-19, aguardar o prazo de 30 dias para analisar novamente o presente procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>7) 14/08/2020: despacho, considerando que resta no procedimento apenas a verificação da execução das atividades das entidades contempladas e que essa execução foi suspensa devido à COVID-19, aguardar o prazo de 30 dias para analisar novamente o presente procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 8) 09/09/2020:** expedido ofício nº 513/2020 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente requisitando informação acerca do início da execução das ações pelas entidades contempladas pela Resolução nº 12/2019.
- 9) 07/10/2020:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho, considerando que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas, reiterem-se esses ofícios. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de expedição dos ofícios.
- 10) 08/10/2020:** expedido ofício nº 559/2020 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
- 11) 06/11/2020:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho, considerando que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas, reiterem-se esses ofícios. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de expedição dos ofícios.
- 12) 09/11/2020:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho, considerando que transcorreram os prazos dos ofícios sem que houvessem as respostas devidas, reiterem-se esses ofícios. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Certidão de expedição do ofício nº 634/2020.
- 13) 24/11/2020:** despacho, considerando as informações prestadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de que ainda persiste a situação da Pandemia de COVID-19, e que devido a essa situação a suspensão da execução das atividades das entidades contempladas continua suspensa, que seja aguardado um novo prazo de mais 30 dias para analisar novamente o presente procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 14) 11/01/2021:** despacho determinando que seja oficiado ao CMDCA para que o mesmo informe se as atividades previstas no Edital nº 01/2019 e Resolução nº 12/2019 possuem cronograma para retomada. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 15) 14/01/2021:** expedido ofício nº 11/2021 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

16) 15/01/2021: despacho determinando que seja oficiado ao CMDCA para que o mesmo informe se as atividades previstas no Edital nº 01/2019 e Resolução nº 12/2019 possuem cronograma para retomada. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

17) 12/02/2021: expedido ofício nº 148/2021 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

18) 02/03/2021: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho determinando a reiteração de ofício ao CMDCA.

19) 16/03/2021: expedido ofício nº 226/2021 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho determinando a reiteração de ofício. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
Juntada do ofício nº 30/2021 oriundo do CMDCA.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

20) 16/04/2021: despacho, considerando as informações prestadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de que ainda persiste a situação da Pandemia de COVID-19, e que devido a essa situação a suspensão da execução das atividades das entidades contempladas continua suspensa, que seja aguardado um novo prazo de mais 30 (trinta) dias para analisar novamente o presente procedimento. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

21) 05/05/2021: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.

22) 06/05/2021: despacho determinando que seja aguardado o prazo de 20 (vinte) dias para oficiar novamente o CMDCA, solicitando informações acerca da retomada, pelas entidades, das atividades referentes ao Edital n.º 01/2019. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

23) 26/05/2021: expedido ofício nº 373/2021 ao CMDCA requisitando informações.

24) 15/06/2021: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça. Despacho. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

Expedido ofício nº 435/2021 ao CMDCA, reiterando ofício nº 373/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 25) 22/06/2021:** juntada do ofício nº 86/2021 oriundo do CMDCA. Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
- 26) 23/06/2021:** despacho determinando que seja expedido novo ofício ao CMDCA, a fim de que sejam esclarecidos os pontos especificados, sobre cada uma das entidades contempladas no que concerne ao Edital nº 01/2019. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 27) 06/07/2021:** expedido ofício nº 446/2021 ao CMDCA requisitando informações.
- 28) 15/07/2021:** despacho determinando que seja oficiado ao CMDCA, informando a dilação de prazo por 30 (trinta) dias, após esse prazo em não havendo chegado a resposta do órgão, que seja reiterado o ofício aquele órgão. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 29) 23/07/2021:** expedido ofício nº 496/2021 ao CMDCA informando sobre a dilação de prazo.
- 30) 23/08/2021:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho determinando a reiteração de ofício. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 31) 24/08/2021:** expedido ofício nº 553-2021 à Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 32) 02/09/2021:** juntada do ofício 352/2021 oriundo da SMAS.
Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho, considerando que todas as entidades que já receberam os recursos estão com perspectiva de retomada das atividades, aguarde-se o decurso do prazo de 30 dias, após o que deverá ser oficiado mais uma vez ao CMDCA, solicitando informações sobre as atividades. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 33) 06/10/2021:** despacho determinando a prorrogação do Procedimento Administrativo. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 34) 13/10/2021:** expedido ofício nº 670/2021 ao Conselho Municipal de Assistência Social.
- 35) 11/11/2021:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
Despacho, considerando que transcorreu o prazo do ofício, determinou-se a reiteração do ofício. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 36) 02/12/2021:** conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.
- 37) 09/12/2021:** expedido ofício nº 738/2021 ao CMDCA reiterando ofício 670/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>38) 16/12/2021: juntada do ofício nº 193/2021 oriundo do CMDCA. Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.</p> <p>39) 13/01/2022: expedido ofício nº 03/2022 ao Presidente do CMDCA.</p> <p>40) 10/02/2022: juntada do ofício nº 26/2022 oriundo do CMDCA. Conclusão dos autos ao Promotor de Justiça.</p> <p>41) 22/02/2022: expedido o ofício nº 80/2022 ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, reiterando ofício 03/2022.</p> <p>42) 15/03/2022: conclusão dos autos ao Promotor de Justiça. Despacho determinando que se aguarde o prazo de 15 dias para oficiar novamente o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, solicitando informações acerca da aplicação das verbas relativas à Resolução nº 12/2019 dos Projetos “Oficina de Violino” e “Vivenciando o Esporte”, ambos da Secretária Municipal da Juventude e de Desporto.</p> <p>43) 31/03/2022 (última movimentação): expedido ofício nº 153/2022 solicitando informações acerca da aplicação das verbas relativas à Resolução nº 12/2019.</p>
<p><u>Procedimento Administrativo nº 46.20.01.0038</u> (Registrado em 16/07/2020) Objeto: Acompanhamento e Fiscalização das condições do Asilo Santo Antônio.</p>	<p>1) 16/07/2020 Portaria de instauração de Procedimento Administrativo com determinação de expedição de ofício à Coordenadoria-Geral do MPSE, solicitando informações sobre o cronograma das inspeções nas instituições de longa permanência de pessoas idosas, relativamente ao ano de 2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>2) 30/07/2020 Expedição do Ofício nº 394/2020 à Coordenadoria-Geral do MPSE. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>3) 10/09/2020 Juntada do Relatório de Visita ao Asilo Santo Antônio.</p> <p>4) 18/09/2020 Expedição do Ofício nº 521/2020 ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa, requisitando informações sobre o andamento do procedimento de inscrição do Asilo Santo Antônio em referido Conselho. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>5) 08/10/2020 Expedição do Ofício nº 560/2020 à Vigilância Sanitária Municipal, reiterando o teor do Ofício nº 522/2020, para prestar informações sobre o andamento do pedido de regularização do Asilo</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

6) 14/10/2020 Juntada da ata de audiência extrajudicial realizada no dia 13/10/2020 com a participação do Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa. Na oportunidade, o Promotor de Justiça determinou que o Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa apresentasse a relação dos documentos que ainda pendem de apresentação pelo Asilo Santo Antônio para regularizar a sua situação junto ao aludido Conselho. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

7) 29/10/2020 Expedição do Ofício nº 619/2020 à Vigilância Sanitária Municipal, reiterando o teor do Ofício nº 522/2020. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

8) 18/11/2020 Juntada do Ofício nº 987/2020, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde.

9) 02/12/2020 Juntada da ata de audiência extrajudicial realizada no dia 01/12/2020 com a participação de representantes do Asilo Santo Antônio, da Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária Municipal. Na oportunidade, o Promotor de Justiça designou nova audiência extrajudicial com a participação da Vigilância Sanitária Estadual. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

10) 19/01/2021 Realização de audiência extrajudicial com a participação de representantes do Asilo Santo Antônio, da Secretaria Municipal de Saúde e da Vigilância Sanitária Estadual. Na oportunidade, o Promotor de Justiça registrou que ficou acordado que a Vigilância Sanitária Estadual e a Vigilância Sanitária Municipal realizarão em conjunto uma visita para averiguar *in loco* os problemas e prestar as orientações que necessitam de mais imediata resolução. Ademais, os representantes da Vigilância Sanitária Estadual se comprometeram de discutir com a Gerência e Coordenadoria a problemática verificada, pontuando acerca da necessidade de regularização da instituição ora tratada. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

11) 26/01/2021 Despacho determinando a expedição de Ofício à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a relação das pessoas da instituição que receberam a primeira dose da vacina contra a COVID-19, inclusive os colaboradores, bem como as datas previstas para ser ministrada a segunda dose da vacina. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

12) 28/01/2021 Expedição do Ofício nº 75/2021 à Secretaria Municipal de Saúde. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 13) 28/01/2021** Certidão nos autos de recebimento das tabelas do público que recebeu, no dia 20/01/2021, a 1ª dose da vacina contra a COVID-19, no Asilo Santo Antônio, uma com a relação dos funcionários vacinados e outra com os idosos vacinados. Através de contato com o Assessor Jurídico da Secretaria Municipal de Saúde este informou que a 2ª dose da vacina será aplicada no dia 10/02/2021.
- 14) 02/02/2021** Juntada do Ofício n.º 46/2021 - Secretaria Municipal de Saúde.
- 15) 24/02/2021** Expedição do Ofício n.º 170/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando o envio do relatório acerca da visita realizada em parceria com a Vigilância Sanitária Estadual no Asilo Santo Antônio, conforme acordado em audiência extrajudicial realizada no dia 19/01/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 16) 16/03/2021** Expedição do Ofício n.º 224/2021 à Secretaria Municipal de Saúde, reiterando o teor do Ofício n.º 170/2021. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 17) 09/04/2021** Juntada do Relatório Técnico da Visita ao Asilo Santo Antônio.
- 18) 09/04/2021** Despacho determinando a expedição de Ofício ao Asilo Santo Antônio para encaminhar cópia do Relatório Técnico da Visita realizada em 06/04/2021, solicitando informações sobre as providências adotadas para a sua regularização junto à Vigilância Sanitária. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 19) 09/04/2021** Expedição do Ofício n.º 282/2021 ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 20) 15/04/2021** Juntada do Ofício n.º 370/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.
- 21) 20/04/2021** Juntada do Ofício n.º 18/2021 do Asilo Santo Antônio.
- 22) 22/04/2021** Despacho registrando que em razão do teor da Portaria Conjunta n.º 703/2021, do Ministério Público do Estado de Sergipe, que suspendeu o atendimento presencial nas Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe, em virtude da Pandemia do Novo Corona Vírus, resta prejudicada neste momento a realização/designação de audiência. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)
- 23) 26/05/2021** Despacho registrando que em razão do teor da Portaria Conjunta n.º 968/2021, que estabeleceu a suspensão do trabalho presencial nas Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe até o dia 31 de maio de 2021, determinou o agendamento do decurso do prazo de 15 (quinze) dias, após o que deverão

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, n.º 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

os autos seguir conclusos para ulteriores deliberações. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

24) 15/06/2021 Despacho registrando que em razão do teor da Portaria Conjunta n.º 1068/2021, que estabeleceu a suspensão do trabalho presencial nas Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe até o dia 30 de junho de 2021, determinou o aguardo do decurso do prazo de 30 (trinta) dias, após o que deverão os autos seguir conclusos para ulteriores deliberações. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

25) 15/07/2021 Despacho registrando que em razão do teor da Portaria Conjunta n.º 1278/2021, que estabeleceu a suspensão do trabalho presencial nas Promotorias de Justiça do Estado de Sergipe até o dia 30 de julho de 2021, determinou o aguardo do decurso do prazo de 30 (trinta) dias, após o que deverão os autos seguir conclusos para ulteriores deliberações. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

26) 23/07/2021 Juntada do Relatório de Visita ao Asilo Santo Antônio.

27) 23/07/2021 Expedição do Ofício n.º 522/2021 à Corregedoria-Geral do MPSE, encaminhando o Relatório de Visita ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

28) 23/07/2021 Despacho determinando a expedição de Ofício à UNIT, solicitando informações sobre a possibilidade de realização de novo convênio com o Asilo Santo Antônio, com vistas à cessão de estagiários nos cursos da área de saúde existentes nesta localidade. Determinou a expedição de ofício também à Secretaria Municipal de Saúde, solicitando que fosse providenciado o encaminhamento de cópias dos prontuários médicos dos idosos institucionalizados ao Asilo Santo Antônio, a fim de possibilitar o controle da evolução dos quadros clínicos também pela instituição. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

29) 29/07/2021 Expedição do Ofício n.º 524/2021 à Secretaria Municipal de Saúde. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

30) 29/07/2021 Expedição do Ofício n.º 530/2021 à UNIT. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

31) 10/09/2021 Juntada do Ofício n.º 972/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

32) 15/09/2021 Realização de audiência extrajudicial com a participação de representante da Universidade Tiradentes - UNIT. Na oportunidade, o Promotor de Justiça determinou o prazo de 20 dias para a UNIT encaminhar resposta sobre a possibilidade de oferecimento de atividades extensivas junto

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, n.º 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

33) 21/10/2021 Expedição do Ofício nº 700/2021 à UNIT, solicitando informações acerca da possibilidade de realização de atividades extensivas junto ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

34) 26/10/2021 Juntada de resposta apresentada pela UNIT.

35) 25/11/2021 Realização de audiência extrajudicial com a participação de representantes da Universidade Tiradentes – UNIT e do Asilo Santo Antônio. Na oportunidade, o Promotor de Justiça concedeu o prazo de 20 dias para a UNIT analisar e elaborar minuta de ajuste a ser celebrado com o Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

36) 17/12/2021 Expedição do Ofício nº 860/2021 à UNIT, solicitando informações acerca da possibilidade de realização de atividades extensivas junto ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

37) 10/01/2022 Juntada de resposta apresentada pela UNIT.

38) 02/02/2022 Despacho de prorrogação de prazo do Procedimento Administrativo com determinação de expedição de Ofício à UNIT com o objetivo de solicitar informações acerca do andamento do convênio para realização das atividades extensivas no Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

39) 25/02/2022 Expedição do Ofício nº 41/2022 à UNIT. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

40) 04/03/2022 Expedição do Ofício nº 104/2022 à UNIT, reiterando o teor do Ofício nº 41/2022. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

41) 08/03/2022 Juntada de resposta apresentada pela UNIT.

42) 08/03/2022 Despacho determinando a expedição de Ofício ao Sr. Geraldo Calasans, Coordenador de Extensão da UNIT, solicitando informações acerca do programa de extensão daquela instituição de ensino junto ao Asilo Santo Antônio. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

43) 08/03/2022 Expedição do Ofício nº 113/2022 ao Coordenador de Extensão da UNIT. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)

44) 10/03/2022 Juntada de resposta apresentada pela UNIT, encaminhando minuta de termo de parceria

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	<p>a ser firmado com o Asilo Santo Antônio.</p> <p>45) 05/04/2022 Expedição dos Ofícios n°s 188 e 189/2022, respectivamente, ao Coordenador de Extensão da UNIT e a Diretoria da UNIT, solicitando informações acerca da possibilidade de realização de atividades extensivas junto ao Asilo Santo Antônio, bem como das providências restantes para a efetivação do aludido ajuste. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p> <p>46) 07/04/2022 Juntada de resposta apresentada pela UNIT ao Ofício n° 188/2022.</p> <p>47) 07/04/2022 (último movimento) Despacho determinando o aguardo do transcurso do prazo de 20 dias para oficiar a Coordenação do Campus da UNIT em Estância/SE. (Promotor de Justiça José Lucas da Silva Gois)</p>
--	--

Tabela 03

PROEJ n°	Objeto	Fundamentação do arquivamento
Notícia de Fato n° 46.20.01.0063	Apurar suposta situação de risco/vulnerabilidade vivenciada pela adolescente P.B.N.S., que fora noticiada por sua genitora.	Trata-se de Notícia de Fato registrada para apurar suposta situação de risco/vulnerabilidade vivenciada pela adolescente P.B.N.S., que fora noticiada por sua genitora. De início, oficiou-se o Conselho Tutelar e o CREAS para solicitar informações e acompanhamento do caso. Em resposta, o CREAS registrou a existência de conflitos no referido núcleo familiar, tendo o órgão buscado mecanismos para saná-los e construir uma melhor convivência familiar. Neste sentido, observou-se, através do Ofício CREAS/VCA n° 18/2021, que a adolescente engravidou no curso do procedimento e foi encaminhada à Unidade Básica de Saúde para iniciar o pré-natal, tendo apresentado melhora no comportamento. Consta do Ofício CREAS/VCA n° 22/2021 que a adolescente havia sido encaminhada

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, n° 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<p>para o CRAS Núbia Nabuco com sua inclusão na listagem para percepção de benefício eventual do kit enxoval.</p> <p>Registre-se, por fim, por meio do Ofício CREAS/VCA nº 35/2021, que o núcleo familiar da adolescente continua sendo acompanhado pelos serviços assistenciais da municipalidade, tendo a genitora sido beneficiada com a entrega de cesta básica, sem prejuízo do recebimento do kit enxoval acima mencionado.</p> <p>Assim, por entender que a situação de risco/vulnerabilidade inicialmente comunicada não mais subsiste, diante da satisfação do objeto, o Promotor de Justiça indeferiu a instauração de procedimento e promoveu o arquivamento sumário da Notícia de Fato. As partes foram notificadas da decisão de arquivamento.</p>
Notícia de Fato nº 46.21.01.0018	Solucionar conflito familiar entre os filhos da idosa J. L. D. S., de 89 anos.	<p>Trata-se de Notícia de Fato registrada para apurar suposta situação de risco/vulnerabilidade vivenciada pela idosa J.L.D.S., que fora noticiada pelo CREAS. Após conseguir os telefones de contato e os endereços dos filhos da idosa, foi requisitado ao CREAS que elaborasse relatório atualizado informativo sobre o caso.</p> <p>Em julho de 2021, o CREAS respondeu à requisição e informou que a idosa teria ido morar com outra filha (Meire), em comum acordo com os outros irmãos, à exceção de Marlene. No entanto, não foi possível a visita domiciliar em razão das fortes chuvas à época.</p> <p>Assim, por entender que não restou evidenciada a situação de violação de direitos no tocante à pessoa idosa em apreço, mas somente conflitos de relacionamento entre os filhos da idosa, a qual passou a residir com a filha Meire, de modo que vinha sendo assistida a contento em suas necessidades, o Promotor de Justiça indeferiu a instauração de procedimento e promoveu o arquivamento sumário da Notícia de Fato. O CREAS foi notificado da decisão de arquivamento.</p>
Procedimento Administrativo nº 46.18.01.0044	Acompanhar e fiscalizar a atuação do CREAS Dra. Ruth Cardoso,	O procedimento administrativo foi instaurado a partir de expediente da lavra do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Estância, após a observância de tais

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

	notadamente no que diz respeito às deficiências verificadas em sua estrutura física	<p>irregularidades durante visita realizada na sede do referido órgão.</p> <p>Instado para realizar as obras necessárias no CREAS Dra. Ruth Cardoso, o Município de Estância, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, foram realizadas duas audiências extrajudiciais com essa finalidade.</p> <p>A Promotoria de Justiça empreendeu diligências para acompanhar a conclusão da obra, que foi noticiada pelo ente municipal, através do Ofício nº 186/2021-GS/SMAS, que sofreu atrasos em razão do advento da Pandemia da COVID-19.</p> <p>Assim, com a conclusão das obras, o Promotor de Justiça verificou que o CREAS Dra. Ruth Cardoso está com as suas instalações completamente reformadas, de modo que as pendências apresentadas no curso do procedimento foram devidamente solucionadas, promoveu o arquivamento sumário do Procedimento Administrativo, diante da solução do objeto.</p> <p>As partes foram notificadas da decisão de arquivamento.</p>
Procedimento Administrativo nº 46.21.01.0027	Acompanhar o Programa de Apadrinhamento da Casa Acolhedora Zilda Arns	<p>O Procedimento Administrativo foi instaurado de ofício, para promover e acompanhar capacitação específica direcionada aos membros envolvidos diretamente no Programa de Apadrinhamento da Casa Acolhedora Zilda Arns.</p> <p>A Coordenadora da CAZAN comunicou que, no dia 21/07/2021, a equipe da Casa (coordenação, psicóloga, assistente social), participou de uma reunião pela plataforma digital com a Coordenação da Infância e Adolescência do TJSE, sendo agendadas outras duas reuniões com a equipe de proteção sobre o programa. Foi promovido treinamento pela CIJ/TJSE em 18/08/2021 para a Coordenação e Equipe Técnica da CAZAN. Posteriormente, fora realizada, em 04/10/2021, uma reunião com vistas à divulgação e implementação do Programa de Apadrinhamento, contando com a presença de representantes da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSE, desta Promotoria de Justiça, da Secretaria Municipal da Assistência Social e da Casa Acolhedora Zilda Arns.</p>

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<p>Assim, por entender que o procedimento fora instaurado com o objetivo de acompanhar o novo curso de capacitação específica com os membros envolvidos no Programa de Apadrinhamento Afetivo de Estância, notadamente no que se refere às dúvidas surgidas acerca de sua execução, tendo sido realizado o referido curso, bem como a reunião para a divulgação e implementação do programa, o Promotor de Justiça promoveu o arquivamento sumário do Procedimento Administrativo, diante da solução do objeto.</p> <p>Os órgãos interessados (SMAS, Casa Acolhedora e CIJ) foram devidamente notificados.</p>
--	--	--

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco
Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Deste modo, foi observada a regularidade no desenvolvimento das atividades extrajudiciais, encontrando-se dentro do prazo de tramitação todos os procedimentos extrajudiciais em andamento.

7) ALIMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ANEXO 06

Relatórios	Em dia	Pendente	Sem Atribuição
ARQUIMEDES			X
MPJUD	X		
CITT (Interceptações Telefônicas) – Res. 36/CNMP			X
Atividade Eleitoral			X
DISQUE 100 () Aguardando Análise () Em análise () Finalizadas			X ¹³

7.1) Observações Gerais do Promotor de Justiça - Sistemas

- O Sistema PROEJ não permite a realização de pesquisa por reclamante/reclamado quando é decretado sigilo, nem com a senha de acesso dos servidores e nem com a do membro, dificultando a sua localização;
- O Sistema MPJUD tem apresentado atraso na importação dos dados das intimações eletrônicas enviadas pelo TJSE;
- Conforme informação prestada pelo Centro de Apoio da Infância e da Adolescência em 11.04.2022, no momento, o Sistema do Disque100 está passando por modificações e, por esse motivo, está temporariamente desativado, não havendo, até o momento, informações sobre a sua reativação por parte do órgão nacional. Tal fato já é de conhecimento desta Corregedoria do MPSE.

7.2) Observações Gerais da Corregedoria-Geral – Sistemas

13 Conforme informação prestada pelo Centro de Apoio da Infância e da Adolescência em 11.04.2022, no momento, o Sistema do Disque100 está passando por modificações e, por esse motivo, está temporariamente desativado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Sistema MPJUD foi implantado na Promotoria de Riachuelo em 25 de agosto de 2020, passando a ser a principal forma para devolução dos processos com intimações enviadas ao Ministério Público.

Verificou-se que os sistemas da Promotoria de Justiça estão sendo devidamente alimentados.

8) VISITAS

8.1 VISITAS A DELEGACIAS DE POLÍCIA

Sim Não Sem atribuição
(Juntar relatório da última visita)

8.2 VISITAS A PRESÍDIOS

Sim Não Sem atribuição
(Juntar relatório do sistema do CNMP – Res. 56 – última visita)

8.3 VISITAS A ENTIDADES DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO

Sim Não Sem atribuição
Relatório do Sistema do CNMP – Res. 71, referente à última visita, realizada no dia 23.02.2022, em anexo ao presente formulário (Anexo 07).

8.4 VISITAS A UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Sim Não Sem atribuição
(Juntar relatório do sistema do CNMP – Res. 67 – última visita)

8.5 VISITAS A INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS

Sim Não Sem atribuição
Relatório do CNMP, Res. 154, referente à última visita, realizada no dia 23.07.2021, em anexo ao presente formulário (Anexo 08).

8.6 OUTRAS VISITAS EXTERNAS Sim Não (Especificar e juntar relatórios)

9) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS – ANEXO 09

O Promotor de Justiça registrou:

O Membro correicionado participou dos seguintes cursos no período objeto da presente correição:

01 - Curso Virtual “ATUAÇÃO DO MP EM FAVOR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, com carga horária de 30 horas/aula (GED 20.27.0204.0000014/2022-92);



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

02 - Curso Virtual “A atuação do Ministério Público perante a violência doméstica e familiar contra a mulher - Módulo I: atuação preventiva”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União, com carga horária de 30 horas/aula (GED 20.27.0204.0000015/2022-65); e

03 - Curso Virtual “Painel Virtual do Tribunal do Júri”, realizado pela Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, com carga horária de 11 horas/aula (GED 20.27.0204.0000023/2022-43).

10) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
10.1 Exercício da função pedagógica da cidadania ¹⁴	() Sim (X) Não	
10.2 Realização periódica de audiências públicas ¹⁵	() Sim (X) Não	
10.3 Combater as causas que geram desigualdades ¹⁶	(X) Sim () Não	Dentre outros, destacamos: - Procedimento Administrativo n.º 46.19.01.0006 , que trata da estrutura da “Orlinha dos Pobres”; - Procedimento Administrativo n.º 46.21.01.0003 , que trata do acompanhamento da efetivação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Estância; - Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0017 , que acompanha a aplicação das verbas do FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, referente ao biênio 2019/2020; - Procedimento Administrativo n.º 46.21.01.0067 , que acompanha a aplicação das verbas do FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, referente ao biênio 2021/2022; - Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0080 , que objetiva o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da

14 Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

15 Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.

16 Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<p>Pessoa Idosa;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0086, que objetiva o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.21.01.0001, que objetiva o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.21.01.0002, que objetiva o acompanhamento das ações desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0009, que objetiva o acompanhamento das atividades da unidade de acolhimento institucional de crianças e adolescentes de Estância - Casa Acolhedora Zilda Arns;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0012, que objetiva o acompanhamento das atividades dos Conselhos Tutelares de Estância;</p> <p>- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0038, que objetiva o acompanhamento das atividades da instituição de longa permanência de idosos de Estância - Asilo Santo Antônio.</p>
10.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade¹⁷	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
10.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Ajuizamento das ações objetivando o cumprimento da sentença e/ou acompanhamento por meio de Procedimento Administrativo.
10.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Realização de audiências extrajudiciais com os envolvidos nos procedimentos em trâmite na Promotoria, inclusive o Poder Público Municipal, objetivando a solução da demanda por meios consensuais.
10.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Dentre outros, destacamos:

¹⁷ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Procurador-Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

		<ul style="list-style-type: none">- Procedimentos Administrativo n. 46.22.01.0004, que visa o acompanhamento da vacinação infantil contra Covid-19;- Procedimento Administrativo n. 46.22.01.0008, que visa o acompanhamento do trabalho infantil no lixão municipal;- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0038, que objetiva o acompanhamento das atividades da instituição de longa permanência de idosos de Estância - Asilo Santo Antônio.- Procedimento Administrativo n.º 46.20.01.0017, que objetiva o acompanhamento e fiscalização da aplicação das verbas do FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, referente ao biênio 2019/2020;- Procedimento Administrativo n.º 46.21.01.0067, que objetiva o acompanhamento e fiscalização da aplicação das verbas do FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, referente ao biênio 2021/2022;
--	--	--

11) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

11.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não																				
11.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(uais):																					
No procedimento de acompanhamento do Asilo Santo Antônio, o Ministério Público vem fomentando, junto à Universidade Tiradentes, a realização de projetos de extensão com o corpo discente, para atividades junto à instituição de longa permanência de idosos.																					
11.3) Relação dos procedimentos extrajudiciais (PROEJ) com atuação dentro do planejamento estratégico:																					
<table border="1"><thead><tr><th>Procedimento</th><th>Classe</th><th>Categoria</th><th>Iniciativa</th></tr></thead><tbody><tr><td>46.18.01.0014</td><td>Inquérito Civil</td><td>Direitos da Pessoa com Deficiência</td><td>Acessibilidade física dos prédios públicos</td></tr><tr><td>46.19.01.0006</td><td>Inquérito Civil</td><td>Direitos da Criança e do Adolescente</td><td>Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente</td></tr><tr><td>46.20.01.0009</td><td>Procedimento Administrativo</td><td>Direitos da Criança e do Adolescente</td><td>Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente</td></tr><tr><td>46.20.01.0012</td><td>Procedimento Administrativo</td><td>Direitos da Criança e do Adolescente</td><td>Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente</td></tr></tbody></table>	Procedimento	Classe	Categoria	Iniciativa	46.18.01.0014	Inquérito Civil	Direitos da Pessoa com Deficiência	Acessibilidade física dos prédios públicos	46.19.01.0006	Inquérito Civil	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente	46.20.01.0009	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente	46.20.01.0012	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente	
Procedimento	Classe	Categoria	Iniciativa																		
46.18.01.0014	Inquérito Civil	Direitos da Pessoa com Deficiência	Acessibilidade física dos prédios públicos																		
46.19.01.0006	Inquérito Civil	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente																		
46.20.01.0009	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente																		
46.20.01.0012	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente																		

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

46.20.01.0017	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer a convivência familiar e comunitária
46.20.01.0038	Procedimento Administrativo	Direitos do Idoso	Implantar e fiscalizar as Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs (asilos)
46.20.01.0057	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.20.01.0086	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.21.01.0003	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.21.01.0024	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer a convivência familiar e comunitária
46.21.01.0067	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em relação ao sistema de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente
46.21.01.0073	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer a convivência familiar e comunitária
46.21.01.0085	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Enfrentar a violação dos direitos da criança e do adolescente
46.21.01.0095	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer a convivência familiar e comunitária
46.21.01.0096	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Enfrentar a violação dos direitos da criança e do adolescente
46.21.01.0097	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.21.01.0099	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0005	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Enfrentar a violação dos direitos da criança e do adolescente
46.22.01.0008	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em relação ao sistema de garantia dos direitos da Criança e do Adolescente
46.22.01.0011	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0012	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0013	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0014	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0017	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0018	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, nº 505 – Bairro Capucho Edifício Governador Luiz Garcia
Centro Administrativo Gov. Augusto Franco

Tel.: 79-3209-2400 – Aracaju/Sergipe – CEP: 49081-000



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

46.22.01.0019	Procedimento Administrativo	Direitos da Criança e do Adolescente	Proteger os direitos e garantias da criança e adolescente
46.22.01.0022	Notícia de Fato	Direitos da Criança e do Adolescente	Fortalecer a convivência familiar e comunitária
11.4) Observações gerais/Justificativa			
O Promotor de Justiça nada registrou.			

12) REGISTRO FOTOGRÁFICO



13) OBSERVAÇÕES GERAIS E DIFICULDADES ENFRENTADAS

O Promotor de Justiça nada registrou.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente Correição, verificou-se que não havia nenhum processo judicial com carga/vista à Promotoria de Justiça há mais de 30 dias em gabinete, nem fora do prazo estimado para manifestação, estando os serviços judiciais atualizados.

Ademais, não foi verificado nenhum procedimento extrajudicial sem movimentação há mais de 90 (noventa) dias e o único deles instaurado antes de 2019 (PROEJ nº 46.18.01.0014) foi encerrado no dia 26/04/2022, em razão do ajuizamento de Ação Civil Pública, sendo constatada a regular tramitação dos feitos sob a presidência do Dr. José Lucas da Silva Gois.

CONCEITO – Art. 74 da Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: ÓTIMO
2. Desempenho Atividade Judicial: ÓTIMO
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: ÓTIMO
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: ÓTIMO
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste Relatório para conhecimento do Promotor de Justiça interessado, para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, seja levado ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os(as)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotores(as) de Justiça devem manter os serviços da Promotoria em dia e organizados.

Como não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta do Sr. Promotor de Justiça e após apreciação do relatório pelo CSMP, archive-se.

Aracaju, 08 de maio de 2022.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Corregedor-Geral do Ministério Público